

LINGUAGEM E PODER: CONTRIBUIÇÕES DE DELEUZE E FAIRCLOUGH

Ismael Andrade Santos¹
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

RESUMO:

O foco deste artigo é realçar as contribuições de Deleuze e Guattari (1995) sobre a linguagem, e como se articula com o legado de Canetti (2005) e as noções de palavras de ordem, discurso indireto – além dos conceitos mais conhecidos de agenciamento, imanência e a formação de saber. Além disso, explica-se a relação entre o discurso e o poder, tal como é compreendida por Fairclough (1989 e 2001) e a conexão que o poder tem com as estruturas sociais. A aproximação entre a linguagem e o poder foi contemplada por esses autores a partir de uma perspectiva diferente, enquanto Deleuze e Guattari (1995) voltavam-se para o poder imanente da linguagem, Fairclough (1989 e 2001) focou no poder existente a partir da relação entre o discurso e a estrutura social.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem; Poder; Fairclough; Deleuze e Guattari.

LANGUAGE AND POWER: DELEUZE AND FAIRCLOUGH'S CONTRIBUTIONS

ABSTRACT

The focus of this paper is on the contribution of Deleuze and Guattari (1995) to theoretical thinking about language and how it articulates with Canetti (2005) and with concepts such as slogans, indirect discourse, assemblage, immanence and ways of knowing. The paper also attempts to explain Fairclough's view of the relationship between discourse and power (1989, 2001) and the connection the latter has with social structures. The relationship between language and power is thought-out in distinct ways by these authors: while Deleuze and Guattari (1995) are concerned with the immanent power of language, Fairclough (1989 e 2001) studies relations of power exercised in the relations between discourse and social structure.

¹ Mestrando em linguística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro – Brasil e Auditor Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (AFRE-RJ), Rio de Janeiro – Brasil. E-mail: ismaelandrade@hotmail.com

KEYWORDS: Language; Power; Fairclough, Deleuze and Guattari.

Introdução

Para Deleuze a filosofia tem seus elementos inventados e sua tarefa singular é a de criar conceitos. Diferentemente de uma tradição epistemológica – marcada pela reflexão do funcionamento da ciência com vistas a deslindar uma teoria do conhecimento científico –, ele busca o exercício do pensamento, não por ser uma exclusividade da filosofia, mas porque ela subsiste pela busca criativa de conceitos:

Há mais uma vez dois aspectos nessa ideia. Por um lado, a filosofia é criação, isto é, tem a função de criação, assim como a ciência, a arte, a literatura. O elemento da filosofia, portanto, não é dado, não existe implicitamente, velado, sendo revelado pelo filósofo; é criado e se conserva como uma criação. O pensamento filosófico é criador porque faz nascer alguma coisa que ainda não existia, alguma coisa nova. A esse respeito Deleuze está seguindo não só Bergson, mas principalmente Nietzsche, quando este diz que o filósofo não descobre: inventa. (MACHADO, 2009, p.15).

Seguindo esse trilha de criação conceitual, nesse artigo será discutida a contribuição de Deleuze e Guattari (1995) no campo da linguagem com a atenção voltada às noções de palavra de ordem, agenciamento e discurso indireto. Na abordagem da palavra de ordem serão pontuadas as ideias de Canetti (1995) sobre ordem e metamorfose, as quais auxiliam na compreensão da abordagem desses filósofos franceses. No que diz respeito ao poder da linguagem, será estudado o fenômeno das transformações incorpóreas: a linguagem, segundo Deleuze e Guattari, constitui e transforma o mundo em virtude de uma força inerente nela mesma. Como será visto detidamente na seção 2, as transformações incorpóreas por meio de palavras de ordem é o próprio poder da linguagem². A tentativa desse artigo, contudo, não é reduzir Deleuze a uma filosofia da linguagem, mas destacar suas contribuições para o estudo nesse campo.

Em seguida, na seção 3, serão revisados os conceitos de Fairclough (1989, 2001 e 2003) sobre a relação entre o discurso, o poder na linguagem e por detrás dela e as estruturas sociais. Esse analista de discurso britânico considera que a linguagem constitui a realidade, ressaltando que se trata de uma relação dialética, e diverge de Deleuze e Guattari no que tange à visão sobre a atuação do poder na linguagem, voltando-se para uma análise sociológica. Assim sendo, além de realçar as contribuições de

² Não será visto com profundidade a noção de poder em Deleuze, pois tal conceito é visto por ele como algo que excede a linguagem, situando-se num campo transcendental além de ser informe e virtual (Machado, 2009).

Deleuze para a linguagem na conjuntura de sua filosofia bem como as de Fairclough sobre o mesmo tema, este trabalho tem também como objetivo traçar os matizes que diferenciam essas mesmas abordagens.

A linguagem é palavra de ordem

Deleuze e Guattari (1995) destacam a palavra de ordem como uma função-linguagem: o insumo da linguagem é a palavra de ordem. O objetivo do falante é ser obedecido. A ordem não seria, portanto, apenas um traço ilocucionário, mas a própria essência que marca a linguagem:

A unidade elementar da linguagem — o enunciado — é a palavra de ordem. Mais do que o senso comum, faculdade que centralizaria as informações, é preciso definir uma faculdade abominável que consiste em emitir, receber e transmitir as palavras de ordem. A linguagem não é mesmo feita para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer. "A baronesa não tem a mínima intenção de me convencer de sua boa fé, ela me indica simplesmente aquilo que prefere me ver fingir admitir" (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.7-8).

Canetti (1995), em sua obra *Massa e Poder* – que influenciou diretamente Deleuze e Guattari –, remonta a saga da ordem: desde sua aparição primitiva no reino animal – o ataque dos animais ferozes que obriga os mais fracos a fugirem – até o seu tom mais expressivo sobre as massas. Ele argumenta ainda que a ordem pré-existe à língua e tem na sentença de morte a sua forma mais antiga. O rugido do leão, por exemplo, é a própria sentença de morte para os outros animais e traz consigo uma ordem de fuga. Assim sendo, ao investigar como a ordem acontece em sua forma mais primitiva, Canetti concluiu que ela se originou na ordem de fuga.

Canetti (1995) traça algumas características da ordem: desencadeia uma ação; não admite resistência; a ação executada sob uma ordem é percebida como algo alheio para aquele quem a recebe; é reconhecida como mais forte; faz crescer o poder daquele que dá a ordem. Decompondo-a, ou estudando-a mais detidamente, Canetti (1995, p.305-306, grifo do autor) afirma que a sua natureza é formada pelo binômio impulso e agulhão: o primeiro é aquilo que faz submeter o outro; o segundo é o efeito da ordem naquele que a recebe e em seguida a executa, marcando-o perpetuamente como uma cicatriz:

Toda ordem compõe-se de um *impulso* e de um *agulhão*. O impulso obriga o receptor ao seu cumprimento, e, aliás, da forma como convém ao conteúdo da ordem. O agulhão, por sua vez, permanece naquele que a executa [...] é importante saber que a ordem jamais se perde; ela nunca se esgota realmente em seu cumprimento, mas permanece armazenada

para sempre [...] somente a ordem *cumprida* crava seu agulhão naquele que a ela obedeceu. Quem se esquivava das ordens não precisa armazená-las. “Livre” é apenas o homem que soube esquivar-se das ordens, e não aquele que delas se liberta somente a posteriori.

Entre os homens, o sistema de ordens encontra-se organizado ou domesticado (Canetti, 1995). A ameaça de morte ainda subsiste, porém de forma velada e a ordem ganha suavidade graças a uma relação de troca: recompensam-se aqueles que obedecem aos comandos. Por outro lado, caso sejam desobedecidos, há sanções que, a depender do contexto, podem ser a própria sentença de morte.

Outra questão relevante suscitada por Canetti (1995) diz respeito aos meios empregados entre o detentor do poder para conseguir manter a vítima sob sua custódia. É a partir disso que nasce a metamorfose e dessa análise resulta uma gama de definições³. A metamorfose é um instrumento tanto de aproximação para ludibriar a vítima e conseguir cercá-la, como também, por outro lado, um mecanismo de fuga.

Dando continuidade ao legado de Canetti (1995), Deleuze e Guattari (1995, p.8-9), por seu turno, defendem que a origem da linguagem está no discurso indireto. Assinalam, ainda, que ela transcende a mera comunicação, sendo principalmente a transmissão de palavras de ordem de um segundo para um terceiro, excluindo-se deste sistema aquele que seria o primeiro – o suposto enunciador originário ou fundador do discurso direto:

Se a linguagem parece sempre supor a linguagem, se não se pode fixar um ponto de partida não-lingüístico, é porque a linguagem não é estabelecida entre algo visto (ou sentido) e algo dito, mas vai sempre de um dizer a um dizer. **Não acreditamos, a esse respeito, que a narrativa consista em comunicar o que se viu, mas em transmitir o que se ouviu, o que um outro disse.** Ouvir dizer. Nem mesmo basta evocar uma visão deformante vinda da paixão. **A "primeira" linguagem, ou, antes, a primeira determinação que preenche a linguagem, não é o tropo ou a metáfora, é o discurso indireto.** A importância que se quis dar à metáfora, à metonímia, revela-se desastrosa para o estudo da linguagem. Metáforas e metonímias são apenas efeitos que só pertencem à linguagem quando já supõem o discurso indireto. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.8, grifo nosso).

A palavra de ordem subjaz como a fonte ilocucionária da linguagem atrelado aos pressupostos implícitos dos atos de fala, expandindo-se desde os comandos expressos – “faça isso!” – àquilo que poderia ser costumeiramente interpretado como uma mera informação – uma notícia de

³ A partir da noção de metamorfose, Canetti (1995) desenvolve diversas noções: imitação, simulação, mascaramento, desmascaramento e contramemorização.

jornal traz consigo a palavra de ordem: “adote esse ponto de vista”. Destacaram também uma relação intrínseca entre a fala e as ações que se realizam: quando se interroga, ou ordena, ou declara, realizam-se essas ações no próprio ato de fala. Tais fatos inserem a pragmática no próprio campo da linguagem – ao invés de mantê-la a sua margem. Para dar esse especial relevo à pragmática, Deleuze e Guattari (1995) basearam-se em Ducrot, o qual, em seu estudo sobre o fenômeno da *sui-referência* em Benveniste, ponderou que a própria força ilocucionária⁴ do enunciado explicaria a estrutura intersubjetiva (os pronomes “eu” e “tu” de Benveniste) e não o contrário. Isso significa que, mesmo quando se está discutindo sobre os pressupostos não-discursivos, ainda se está no âmbito da própria linguagem – é uma relação interior.

Oswald Ducrot expôs as razões que o levaram a inverter o esquema de Benveniste: não é o fenômeno de *sui-referência* que pode dar conta do performativo, mas o inverso, é **"o fato de determinados enunciados serem socialmente consagrados à realização de determinadas ações" que explica a *sui-referência***. De modo que o próprio performativo é explicado pelo ilocutório, e não o contrário. **É o ilocutório que constitui os pressupostos implícitos ou não-discursivos**. E o ilocutório, por sua vez, é explicado por agenciamentos coletivos de enunciação, por atos jurídicos, equivalentes de atos jurídicos, que coordenam os processos de subjetivação ou as atribuições de sujeitos na língua, e que não dependem nem um pouco dela. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.11, grifo nosso).

A palavra de ordem deve sua existência à ligação entre o enunciado e os atos que se realizam no próprio enunciado (força ilocucionária):

Chamamos palavras de ordem não uma categoria particular de enunciados explícitos (por exemplo, no imperativo), mas a **relação de qualquer palavra** ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, **com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele**. As palavras de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma "obrigação social" (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.10-11, grifo nosso).

Por se tratar de uma relação imanente na própria linguagem, a palavra de ordem torna a ligação do enunciado e o ato como redundante: o ato se realiza no enunciado e um não existe sem o outro. Entretanto, é justamente no meio dessa ligação entre o enunciado e o ato que surge a palavra de ordem – isso é o que está explícito em negrito no trecho

⁴ A força ilocucionária é a ação que se realiza no próprio enunciado a exemplo de uma declaração de amor, ordem, promessa etc.

supracitado. Além disso, considerando que é uma marca inalienável da linguagem, não se pode pensar nela e ignorar que sua natureza constitui-se de palavra de ordem, ainda que, por vezes, apareça de forma velada (DELEUZE E GUATTARI, 1995). Nesse diapasão, a própria informação e a comunicação – ordinariamente adotada como o valor precípua da linguagem – não é nada mais, na avaliação desses filósofos, que a condição mínima ou mero acessório para a transmissão da palavra de ordem:

A relação entre o enunciado e o ato é interior, imanente, mas não existe identidade. A relação é, antes, de redundância. A palavra de ordem é, em si mesma, redundância do ato e do enunciado. Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é "necessário" pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas — o que é bastante diferente — transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que um enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado [...] a informação é condição mínima para a transmissão da palavra de ordem. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.12).

Agenciamento e as transformações incorpóreas

Para se ter uma compreensão mais nítida das palavras de ordem, deve-se conceituar a noção de Deleuze e Guattari (1995, p.23, grifo nosso) sobre o agenciamento:

Podem-se tirar daí conclusões gerais acerca da natureza dos Agenciamentos. Segundo um **primeiro eixo, horizontal**, um agenciamento comporta dois segmentos: **um de conteúdo, o outro de expressão**. Por um lado, ele é agenciamento maquínico de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado, agenciamento coletivo de enunciação, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos. Mas, **segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem, de uma parte, lados territoriais ou reterritorializados** que o estabilizam e, de outra parte, picos de desterritorialização que o arrebatam.

A definição de agenciamento dada pelos autores sugere algo vasto e indeterminado que ocorre em dois eixos: no horizontal, quando há contatos entre os corpos ou na mistura entre as ações no momento exato em que uma toca a outra (agenciamento maquínico), e no campo da linguagem, como dizeres ou discursos indiretos que se apoderam de alguém ou do corpo (agenciamento coletivo de enunciação); no vertical, em que ocorre o fenômeno da territorialização, de um lado, e o da desterritorialização, de outro.

Primeiramente, será abordado o eixo horizontal. Segundo o excerto supracitado, nessa dimensão, o agenciamento comporta duas formas: conteúdo e expressão. Esses dois termos⁵ são discutidos em outra obra, *Foucault*, motivo pelo qual se torna difícil tentar compreendê-las negligenciando-se a leitura de Deleuze (2013) sobre a formação de saberes, ou mais especificamente, sua percepção sobre as contribuições arqueológicas⁶ de Foucault.

Deleuze (2013) considera que o saber é composto por duas formas distintas: ‘conteúdo’ e ‘expressão’. O ‘conteúdo’ está ligado às ‘formações não discursivas’, a exemplo da prisão, escola, o panóptico e o manicômio, situando-se no campo das visibilidades. A ‘expressão’, por seu turno, remete às ‘formações discursivas’, a exemplo do direito penal, pedagogia e psiquiatria. A formação de saber em *Foucault* corresponde, portanto, à noção de agenciamento em *Mil Platôs* (MACHADO, 2009).

Em sua análise panorâmica das obras de Deleuze, Machado (2009, p.165) exemplifica a presença do agenciamento: “[...] *História da Loucura*, ao investigar a época clássica, situa o “asilo” [forma de conteúdo] como lugar de visibilidade da loucura e a medicina [forma de expressão] como lugar de formulação dos enunciados sobre a desrazão”. O agenciamento distingue, portanto, “uma forma de expressão, na qual ele aparece como agenciamento coletivo de enunciação, e uma forma de conteúdo, na qual ele aparece como agenciamento maquínico dos corpos” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.89).

O agenciamento coletivo e de enunciação (como forma de expressão) e o maquínico (como forma de conteúdo), além de não se confundirem entre si, guardam uma estreita relação com a noção desenvolvida por Foucault (2009b) acerca da *episteme*⁷: a condição para a formação de saber em que tudo aquilo que é dito ou visto numa determinada época, não foi realizado diretamente, mas de alguma forma, teve que estar dentro das condições de possibilidade para a formação de saber dessa mesma época. Isso significa que, assim como a produção de saberes não é

⁵ A filosofia deleuziana trabalha com o com pares terminológicos a exemplo de ‘ver’ e ‘falar’, ‘conteúdo’ e ‘expressão’, ‘visível’ e ‘dizível’ – termos que podem ser tomados como sinônimos na conjuntura de sua obra (MACHADO, 2009, p.164).

⁶ Nesse ponto, deixaram-se propositadamente de lado as contribuições genealógicas de Foucault uma vez que o estudo do poder ganhou relevo na filosofia deleuziana fora do campo da linguagem. O poder situa-se até mesmo fora do campo do saber, sendo-lhe uma causa imanente, coadaptando as duas formas de saber (conteúdo e expressão) e estabelece um primado sobre o saber (cf. MACHADO, 2009, p.169-176 e DELEUZE, 2013, p.78-100).

⁷ O conceito de *episteme* foi definido por Foucault (2009b, p. 219) “como uma visão do mundo, uma fatia de história comum a todos os conhecimentos e que imporia a cada um as mesmas normas e os mesmos postulados, um estágio geral da razão, uma certa estrutura de pensamento a que não saberiam escapar os homens de uma época - grande legislação escrita, definitivamente, por mão anônima”.

livre de uma legislação ou regras que moldam a sua constituição, as pessoas são alvos de agenciamentos coletivos e maquínico, os quais se apoderam delas e tornam possível que o enunciado seja enunciável (agenciamento de enunciação) e que o visível seja visto (enunciado maquínico). Portanto, os atos de ‘falar’ e ‘ver’ são acessíveis pela via indireta do agenciamento – da mesma forma que a ‘formação de saber’ é condicionada pela *episteme*:

O que significa a introdução dessa ideia de condição [daquilo que torna os enunciados enunciáveis e as visibilidades visíveis] no nível das duas formas? Seu objetivo é explicar por que os enunciados nem são realmente ocultos, nem diretamente dizíveis ou legíveis, como também por que as visibilidades nem são ocultas, nem diretamente visíveis. (MACHADO, 2009, p.165).

Quanto ao outro eixo do agenciamento, o vertical, remete à combinação das duas formas de agenciamentos já discutidas. Retomando a ideia de que a existência está vinculada aos agenciamentos, os quais constantemente a produzem e a reduzem num campo de experimentação por meio de regras pré-estabelecidas, o indivíduo, por sua vez, ao mesmo tempo em que investe sobre esses mesmos agenciamentos é por eles influenciado. De qualquer forma, como resultado desse contato, pode-se reproduzir de forma imperfeita o que está socialmente imposto, ou, na tentativa de realizar agenciamentos próprios, escapar parcialmente do social – caso, por exemplo, dos artistas inovadores. O limite dessa fuga é a esquizofrenia, que representa a total desterritorialização, exceto isso, todos são movidos pelos dois tipos de agenciamentos. Zourabichvili (2004, p.9), estudioso da obra deleuziana, tratou dessa relação como o resultado do contato entre os ‘agenciamentos sociais’ e ‘locais’⁸:

Cada indivíduo deve lidar com esses grandes agenciamentos sociais definidos por códigos específicos, que se caracterizam por uma forma relativamente estável e por um funcionamento reprodutor: tendem a reduzir o campo de experimentação de seu desejo a uma divisão preestabelecida. Esse é o pólo estrato dos agenciamentos (que são então considerados "molares"). Mas, por outro lado, a maneira como o indivíduo investe e participa da reprodução desses agenciamentos sociais depende de agenciamentos locais, "moleculares", nos quais ele próprio é apanhado. (ZOURABICHVILI, 2004, p.9).

⁸ Deve-se ressaltar, finalmente, que o conceito de agenciamento é coletivo – ainda que se realize num indivíduo isso não torna o agenciamento um fenômeno individual. Assim, não há que se falar em sujeito pré-existente, mas este só passa a existir a partir do agenciamento: “não existe enunciação individual nem mesmo sujeito de enunciação”. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.12).

Ao tratar sobre o agenciamento, Zourabichvili (2004, p.9, grifo nosso) resumiu:

Esse conceito pode parecer à primeira vista de uso amplo e indeterminado: remete, segundo o caso, a instituições muito fortemente territorializadas (agenciamento judiciário, conjugal, familiar etc.), a formações íntimas desterritorializantes (devir animal etc.), enfim ao campo de experiência em que se elaboram essas formações (o plano de imanência como "agenciamento maquinico das imagens-movimentos", IM, 87-8). Dir-se-á, portanto, numa primeira aproximação, que **se está em presença de um agenciamento todas as vezes em que pudermos identificar e descrever o acoplamento de um conjunto de relações materiais [formas de conteúdo] e de um regime de signos correspondente [formas de expressão].**

Pode-se dizer, então, que o agenciamento implica em um estrangulamento ou negação do sujeito uma vez que se sobrepõe a ele. Tal fato possui uma ligação com a origem da linguagem no discurso indireto:

Benveniste nega que a abelha tenha uma linguagem, ainda que disponha de uma codificação orgânica, e até mesmo se utilize de tropos. **Ela não tem linguagem porque é capaz de comunicar o que viu**, mas não de transmitir o que lhe foi comunicado. A abelha que percebeu um alimento pode comunicar a mensagem àquelas que não o perceberam; mas a que não o percebeu não pode transmiti-lo às outras que igualmente não o perceberam. **A linguagem não se contenta em ir de um primeiro a um segundo, de alguém que viu a alguém que não viu, mas vai necessariamente de um segundo a um terceiro, não tendo, nenhum deles, visto.** (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 9, grifo nosso).

De acordo com esse excerto, os autores alegam que a linguagem consiste na transmissão de um segundo a um terceiro sem considerar aquele que viu ou teve contato direto com o fenômeno. Assim sendo, aquele que vê e transmite a mensagem do que viu não está usando a linguagem para isso – tal acontece com as abelhas. Essa seria, portanto, uma transmissão de informação sem o uso da linguagem. O homem, por sua vez, ainda que se leve em consideração que alguns possam presenciar um contato primário com o fato, não possui a mesma capacidade das abelhas de transmiti-las sem linguagem. Assim sendo, o homem, até mesmo quando vê algo, na hora de repassar o que viu como informação para o outro, está de tal forma sob a influência do agenciamento que reproduz discursos indiretos. Nada é visto por si mesmo, mas é lido e transmitido sob a pressão de agenciamentos que se manifestam nos discursos indiretos – há diferentes vozes que se agenciam no homem:

O caráter social da enunciação só é intrinsecamente fundado se chegamos a mostrar como a enunciação remete por si mesma, aos agenciamentos coletivos [...] **Não é a distinção dos sujeitos que explica o discurso indireto; é o agenciamento**, tal como surge livremente nesses discursos, que **[o agenciamento de enunciação] explica todas as vozes presentes em uma voz**, as risadas de meninas em um monólogo de Charlus, as línguas em uma língua, em suma, as palavras de ordem. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 13, grifo nosso).

Os conceitos de agenciamento, discurso indireto, linguagem e palavras de ordem estão completamente cingidos em Deleuze e Guattari (1995): o agenciamento se realiza no discurso indireto, tem em si mesmo palavras de ordem, de forma que o homem não pode escapar de ser agenciado, pois não possui a capacidade de comunicar o que viu sem deixar de ser agenciado, sob pena de ser condenado ao ostracismo da linguagem; esta, por sua vez, é composta tão somente de discurso indireto e carrega consigo a palavra de ordem como expressão de sua própria natureza; e o discurso indireto, além de constituir a linguagem, é a presença da própria palavra de ordem. A união sistêmica desses conceitos encontra-se em Deleuze e Guattari (1995, p. 18, grifo nosso):

É por isso que o agenciamento coletivo de enunciação não tem outros enunciados a não ser aqueles de um discurso sempre indireto. O discurso indireto é a presença de um enunciado relatado em um enunciado relator, a presença da palavra de ordem na palavra. É toda a linguagem que é discurso indireto. Ao invés de o discurso indireto supor um discurso direto, é este que é extraído daquele, à medida que as operações de significância e os processos de subjetivação em um agenciamento se encontram distribuídos, atribuídos, consignados, ou à medida que as variáveis do agenciamento estabelecem relações constantes, por mais provisórias que sejam.

Deleuze e Guattari (1995) estabelecem também a relação entre os atos implicados na linguagem e o agenciamento de enunciação. Acrescentada à noção de que a palavra de ordem está inserida na relação redundante entre a linguagem e o seu respectivo ato, consideram que os atos pertencentes à linguagem consistem em transformações incorpóreas e apontam o agenciamento de enunciação e a palavra de ordem como a origem desse fenômeno:

Se se quer passar a uma definição real do agenciamento coletivo, perguntar-se-á em que consistem os atos imanentes à linguagem, atos que estão em redundância com os enunciados ou criam palavras de ordem. Parece que **esses atos se definem pelo conjunto das transformações incorpóreas** em curso em

uma sociedade dada, e que se atribuem aos corpos dessa sociedade [...]. As **palavras de ordem ou os agenciamentos de enunciação** em uma sociedade dada — em suma, o ilocutório — **designam essa relação instantânea dos enunciados com as transformações incorpóreas** ou atributos não-corpóreos que eles expressam. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.13-14, grifo nosso).

O agenciamento de enunciação e a palavra de ordem possuem o poder de realizar transformações incorpóreas por meio dos enunciados, e são concebidas, dessa forma, como atos imanentes à linguagem. Relacionando os termos discutidos nessa seção de forma sintética, Deleuze e Guattari (1995, p.20) criaram uma fórmula da função-linguagem deixando de fora apenas a noção de discurso indireto, o qual, como já mostrado, constitui a própria linguagem e está diretamente influenciado por palavras de ordem e agenciamentos:

A função-linguagem é transmissão de palavras de ordem, e as palavras de ordem remetem aos agenciamentos, como estes remetem às transformações incorpóreas que constituem as variáveis da função.

Nesse contexto, a noção de incorpóreo vincula-se à dimensão do enunciado ou às formas de expressão – ao contrário do que ocorre no agenciamento maquínico de corpos em que há a presença do corpóreo. Retomando a noção de que as formas de expressão constituem uma forma de ‘saber’, quando ocorre um agenciamento de enunciação sobre algo concreto significa que houve a atribuição de um determinado ponto de vista sobre o mesmo, ou seja, estabelece-se pela enunciação um determinado agenciamento, o qual, por estar no campo da abstração, realiza uma ‘transformação’ e não simplesmente uma leitura específica sobre esse mesmo objeto. Nesse quesito, deve-se considerar que Deleuze e Guattari aderem à noção de Foucault (2009b) de que a linguagem não se reduz a meramente representar os objetos, mas tem o poder de constituir-los, de modo que todos podem transformar de forma diferente o mesmo objeto, pelo poder imanente da linguagem em palavras de ordem, mas tal só é feito no âmbito ‘incorpóreo’ – não se concretiza no mundo palpável. Com vistas a facilitar o entendimento acerca do funcionamento das transformações incorpóreas, os autores (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.13-14, grifo nosso) ilustram esse conceito citando a repreensão ordinária que os pais dão aos filhos quando lhes exigem um comportamento mais maduro, ou quando ocorre um assalto dentro de um avião em que os passageiros são transformados em reféns e o avião sai da condição de veículo e se torna em uma prisão:

“Você não é mais uma criança...”: esse enunciado diz respeito a uma transformação incorpórea, mesmo que esta

se refira aos corpos e se insira em suas ações e paixões. A transformação incorpórea é reconhecida por sua instantaneidade, por sua imediatidade, pela simultaneidade do enunciado que a exprime e do efeito que ela produz; eis por que as palavras de ordem são estritamente datadas, hora, minuto e segundo, e valem tão logo datadas.

[...]

a transformação dos passageiros em reféns, e do corpo-avião em corpo-prisão, é uma transformação incorpórea instantânea, um *mass-media act* no sentido em que os ingleses falam de *speech-act*. As palavras de ordem ou os agenciamentos de enunciação em uma sociedade dada — em suma, o ilocutório — designam essa relação instantânea dos enunciados com as transformações incorpóreas ou atributos não-corpóreos que eles expressam.

Se o incorpóreo situa-se no campo das formas de expressão, o corpóreo, por sua vez, faz parte das formas de conteúdo, constituindo-se, no panorama da filosofia deleuziana, como outra forma de saber:

Se, em um **campo social, distinguimos o conjunto das modificações corpóreas** e o conjunto das transformações incorpóreas, encontramos, apesar da variedade de cada um, duas formalizações: **uma de conteúdo**, outra de expressão. (DELEUZE e GUATARRI, 1995, p.20, grifo nosso).

O corpóreo seria, portanto, o mesmo que conteúdo ou visibilidade. O uso desse termo, no entanto, não se confunde com o objeto:

as visibilidades não se confundem com os elementos visuais ou mais geralmente sensíveis, qualidades, coisas, objetos, compostos de objetos [...] as visibilidades não são formas de objetos, nem mesmo formas que se revelariam ao contato com a luz e com as coisas, mas formas de luminosidade, criadas pela própria luz e que deixam as coisas e os objetos subsistirem apenas como relâmpagos, reverberações, cintilações. (DELEUZE, 2013, p.61-62).

A visibilidade é o “próprio modo de ser da luz, que não se reduz às qualidades sensíveis ou a uma coisa, e varia segundo cada estrato ou formação histórica” (MACHADO, 2009, p.166). Ela pode ser mais bem compreendida a partir dos casos estudados por Foucault: o hospital, em *História da Loucura*, é o lugar de visibilidade da loucura e o panóptico, em *Vigiar e Punir*, é o do crime (DELEUZE, 2013). Buscando elucidar mais claramente o que se pretende dizer por visibilidade, Deleuze defende que o termo remete a algo ‘determinável’, estabelecendo, assim, o primado da expressão sobre o conteúdo – ou do enunciável sobre o visível.

Que haja um primado do enunciado sobre o visível se explica, assim, facilmente: *A Arqueologia do Saber* pode reivindicar um papel *determinante* dos enunciados como formações discursivas. Mas as visibilidades não são menos irredutíveis, porque elas remetem a uma forma do *determinável*, que não se deixa reduzir, de forma alguma, à da determinação (DELEUZE, 2013, p.70).

Deleuze assevera também que, mesmo havendo a primazia de um sobre o outro, os atos de falar e ver não se misturam: “Há uma disjunção entre falar e ver, entre o visível e o enunciável: ‘o que se vê não se aloja mais no que se diz’, e inversamente” (DELEUZE, 2013, p.73). Essa irredutibilidade de um ao outro é explicada por Deleuze sob a alegação de que o ‘falar’ e o ‘ver’ é uma atividade transcendental e, portanto, quando se pensa que se está falando tão somente daquilo que se vê, incorre-se numa ilusão (DELEUZE, 2013). Os enunciados determinarão, por fim, a visibilidade (determinável), mas isso significa, na verdade, que a visibilidade é enxergada ou determinada numa perspectiva, e aquilo que é enunciado como visto, não desloca o ‘ver’ para o ‘dizer’, mas ‘diz’, no nível transcendental, outra coisa de natureza diferente daquilo que é realmente ‘visto’: “por mais que se diga o que se vê, **o que se vê não se aloja jamais no que se diz**, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens [...] o lugar onde elas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas o que as sucessões da sintaxe definem” (FOUCAULT *apud* DELEUZE, 2013, p.74-75, grifo nosso).

Apesar de tratar os termos como corpóreos, visibilidade e formas de conteúdo como sinônimos, Deleuze e Guattari (1995, p.20) não desenvolveram a noção de transformação corpórea, mas tão somente mencionaram, conforme já foi citado, que tal fenômeno situa-se na forma de conteúdo e adquire uma dimensão social. Por outro lado, como será vista na próxima seção, em Fairclough, a linguagem tem a capacidade de gerar uma mudança social, mas tal feito não é realizado a partir de um poder que lhe é inerente, mas salvaguardadas as diferenças filosóficas com Deleuze e Guattari, a atenção dada ao impacto da linguagem no campo social complementa num certo sentido, a abordagem desenvolvida nesta seção.

Linguagem e poder em Fairclough

Numa interpretação livre da obra de Fairclough (1989, 2001), a relação entre a linguagem e o poder foi considerada sob dois aspectos: o poder do discurso de transformar as estruturas sociais – e, desde já, ressalta-se que não se está mais diante de um poder imanente a uma linguagem resumida em palavras de ordem e capaz de realizar transformações incorpóreas, como sugere a visão de Deleuze e Guattari (1995) –, o qual é construído a partir da sua relação com as estruturas sociais; e a assimetria de

poderes presentes no discurso, marcado pela atuação das instituições e dos gêneros. O foco desse tópico é, portanto, traçar uma parte do percurso do pensamento de Fairclough (1989, 1999 e 2001) para a construção desses dois aspectos do poder exercidos na linguagem e por detrás dela e sua diferença em relação à perspectiva deleuziana.

Primeiramente, deve-se pontuar o legado arqueológico e genealógico que Fairclough se apropriou de Foucault. Em sua análise arqueológica⁹, Foucault (2009b) defende que o discurso tem efeito constitutivo sobre a realidade. Isso significa negar que o discurso é meramente determinado pelas estruturas sociais ou, ainda, apenas uma representação do mundo das coisas. Ao invés disso, ele constrói a sociedade, pois constitui os objetos de conhecimento, os sujeitos e as estruturas conceituais.

As reflexões de Foucault acerca da genealogia são fundamentais para a abordagem de Fairclough (2001) em três quesitos. O primeiro ponto é a natureza discursiva do poder e o seu papel central na estrutura social, como é o caso de determinados gêneros em que a assimetria de poderes é posta em relevo, a exemplo do inquérito policial em que o delegado encontra-se numa posição privilegiada em que faz perguntas, ao passo que o inquirido, de uma maneira geral, nada deve questionar, limitando-se a responder ou a ficar em silêncio:

Essa concepção de poder sugere que o discurso e a linguagem são de importância central nos processos sociais da sociedade moderna; as práticas e as técnicas que Foucault enfatiza tanto – a entrevista, o aconselhamento, e assim por diante – são em grau significativo práticas discursivas. (FAIRCLOUGH, 2001, p.76).

A segunda contribuição diz respeito à natureza política do discurso, ou seja, há um embate na busca pelo poder que se repercute, inclusive, nas práticas discursivas. A luta pelo poder, portanto, não atine somente às lutas entre classes, tal como sugeriria uma leitura marxista do termo, mas Fairclough (2001) e Foucault (1999 e 2009a) vêem a luta pelo poder revelando-se tanto na relação entre o Estado e os cidadãos quanto até mesmo no cotidiano em lugares ordinários (família, escola, repartição pública, escritório etc.) e, cada vez que o discurso interfira, seja para manter ou reestruturar relações de poder, está-se diante do seu efeito ideológico.

O terceiro legado de Foucault (1999 e 2009a) remete à natureza discursiva da mudança social. Isso significa que, para Fairclough (2001), toda mudança social está diretamente relacionada a uma mudança discursiva não sendo, portanto, duas realidades de natureza diferente, mas, ao contrário, o discurso é uma dimensão da prática social. Não se trata, contudo, de conferir poderes mágicos ao discurso como se a palavra tivesse

⁹ Machado (2012) explica detidamente o percurso do pensamento de Foucault em sua fase arqueológica e genealógica.

o condão de, por si mesma, gerar uma mudança social; por outro lado, não há quaisquer mudanças na estrutura social sem que haja um remodelamento do discurso.

Ao passo que para Deleuze e Guattari (1995) a linguagem é discurso indireto, resume-se em palavras de ordem e realiza transformações incorpóreas, Fairclough (2001), por seu turno, considera que o discurso é uma ação social capaz de realizar mudanças sociais. Para chegar a essa conclusão, valeu-se dos legados já explicados de Foucault (1999, 2009a e 2009b), especialmente quanto às noções do poder constitutivo do discursivo e da natureza discursiva das mudanças sociais. Entretanto, Fairclough (2001) deu-lhes um novo matiz: considera que existe uma relação dialética entre o discurso e as estruturas sociais, ou seja, não se pode radicalizar ao ponto de considerar que o discurso seja um mero espelho do que já existe nas estruturas sociais, nem que estas sejam uma criação das práticas discursivas. Juntamente com esse enfoque na relação de contribuição mútua entre o discurso e as práticas sociais, ele destaca o papel do discurso por mais dois viés: como prática política, que tanto pode manter as relações de poder existentes entre as entidades, quanto transformá-las; e como prática ideológica, podendo sustentar ou romper visões de mundo ou perspectivas atribuídas a quem ocupa alguma posição nas relações de poder.

É importante que a relação entre discurso e estrutura social seja considerada como dialética para evitar os erros de ênfase indevida; de um lado na determinação social do discurso e, de outro, na construção do social do discurso. No primeiro caso, o discurso é mero reflexo de uma realidade social mais profunda; no último, o discurso é apresentado idealizadamente como fonte do social. O último talvez seja o erro mais imediatamente perigoso, dada a ênfase nas propriedades constitutivas dos discursos em debates contemporâneo [...] uma perspectiva dialética também é um corretivo necessário a uma ênfase indevida na determinação do discurso pelas estruturas, estruturas discursivas (códigos, convenções e normas), como também por estruturas não-discursivas. (FAIRCLOUGH, 2001, p.92-93).

Um exemplo que Fairclough (2001, p.241) cita é a influência da linguagem mercadológica no contexto educacional:

Alguns trabalhadores da educação superior resistem fortemente a metáforas de bens de consumo (tal como, “os cursos têm de ser empacotados em módulos que nossos consumidores desejam comprar”). E um aspecto da mudança discursiva com implicações culturais e sociais significativas é a mudança na metáforização da realidade. Para continuar no exemplo, a constituição metafórica da educação e de outros serviços como mercados é um elemento potente na transformação não apenas

do discurso, mas também do pensamento e da prática nessas esferas.

Uma singela metáfora ou substituição lexical -“consumidores” ao invés de “alunos”-, tem o poder de transformar o discurso, o pensamento e as práticas. Isso significa dizer que a metáfora em questão é capaz de ser uma das razões para que o estudante seja tratado como um cliente, tratando-se de uma influência não apenas no campo discursivo, mas que afeta o próprio planejamento escolar e a conduta da direção da escola sobre a sua relação com os alunos. Segundo Fairclough (2001) uma “virada discursiva” pode ensejar, portanto, uma mudança social, ou seja, quando um determinado discurso ganha força ou hegemonia¹⁰, sua extensão cruza as fronteiras da formação de crenças e passa a ser considerado, em si mesmo, uma ação social, realizando, assim, como resultado de seu efeito constitutivo, uma transformação nessa mesma estrutura social.

Com base na teoria da estruturação de Giddens (2009), o discurso afeta as estruturas sociais nos três níveis: a significação, que são ordens simbólicas, a exemplo das práticas discursivas; a dominação, que se refere aos recursos (trabalho, capital, tecnologia, riquezas da terra) e se repercute na política e economia; e a legitimação, que diz respeito às regulações normativas e estão vinculadas às instituições legais (Parlamento, autarquias etc.). A depender da relação dialética que estabelece com esses níveis da estrutura social, o discurso pode sustentar ou subverter a ordem existente.

Outro ponto que relaciona a linguagem e o poder é atinente às assimetrias de poderes existentes entre os atores sociais. Nesse diapasão, Fairclough (1989, 2001) sustenta o papel das instituições e dos gêneros como instrumentos que sustentam esse desequilíbrio. O conceito de instituições é extraído de Giddens (2009):

Às propriedades estruturais mais profundamente embutidas, implicadas na reprodução de totalidades sociais, chamo de *princípios estruturais*. Aquelas práticas que possuem a maior extensão espaço-temporal, dentro de tais totalidades, podem ser designadas como *instituições*. (GIDDENS, 2009, p.20)

[...]

Os mais importantes aspectos da estrutura são as regras e os meios recursivamente envolvidos em instituições. As instituições são, por definição, os aspectos mais duradouros da vida social. Ao falar das propriedades estruturais dos sistemas sociais refiro-me às suas características institucionalizadas, proporcionando “solidez” através do tempo e do espaço (GIDDENS, 2009, p.28).

¹⁰ A noção de hegemonia adotada por Fairclough (1989 e 2001) foi herdada de Gramsci (1999): “Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’” (Fairclough, 2001, p.122).

A partir da citação acima, entende-se que as instituições são caracterizadas por apresentarem uma “extensão espaço-temporal” e compõem a estrutura social sendo dotadas de regras e meios recursivamente envolvidos de tal modo que resistem ao tempo. Giddens (2009) considera, enfim, que as práticas sociais são baseadas em princípios estruturais, e quando essa prática vinga durante um tempo considerável, significa que se está diante de uma instituição, que funciona como um repositório competente para salvaguardar esses mesmos princípios estruturais.

Entretanto, **a maior parte do discurso se sustenta na luta hegemônica em instituições particulares (família, escolas, tribunais de justiça, etc.)** e não em nível de política nacional: os protagonistas não são classes ou forças políticas ligadas de forma relativamente direta a classes ou a blocos, mas professores e alunos, a polícia e o público ou mulheres e homens. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 124, grifo nosso).

Segundo Fairclough (2001), as instituições sustentam o discurso, legitimando-o, e permitem que determinados discursos estejam numa posição privilegiada na estrutura social. É o caso, por exemplo, do discurso democrático na realidade brasileira, que se encontra legitimado em forma de leis pelo Congresso Nacional, atingindo o nível da legitimação dentro da teoria da estruturação de Giddens (2009), e, portanto, as outras formações discursivas que combatem esse discurso (fascismo, nazismo, ditadura etc.) estão numa condição desprivilegiada de poder em razão da falta de amparo institucional.

Além da influência legitimadora das instituições, a assimetria de poderes vale-se também dos gêneros. De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999, p.56): “gênero é um tipo de linguagem usado no desempenho de uma prática social específica”.¹¹ É o caso, por exemplo, da linguagem utilizada pela polícia quando está entrevistando um suspeito, para instruir o inquérito policial: a autoridade policial faz as perguntas, e o outro se limita a respondê-las. Apenas uma parte detém o controle da conversa, o que provoca um desnivelamento entre os participantes da ação. O mesmo se sucede com os gêneros em outros contextos de práticas sociais: o pregador de sermão e a congregação, o palestrante e a platéia, o professor e os alunos, o médico e o paciente. Nesse caso, o gênero se manifesta como um poder existente na linguagem – chamado por Fairclough (1989, p.46, grifos do autor) de ‘poder no discurso’:

¹¹Chouliaraki e Fairclough (1999, p.56): “genre is a type of language used in the performance of a particular social practice”.

[...] we can say that power in discourse is to do with powerful participants *controlling and constraining the contributions of non-powerful participants*. It is useful to distinguish broadly between three types of such constraints -constraints on:

- *contents*, on what is said or done;
- *relations*, the social relations people enter into in discourse;
- *subjects*, or the 'subject positions' people can occupy.¹²

Além de haver o poder no discurso, Fairclough (1989) menciona que existe também o poder por trás do discurso, como é o caso da escolha dos gêneros. Assim sendo, o gênero utilizado numa determinada prática social pode ser determinado e sustentado pelas instituições. No exemplo supracitado da entrevista policial, o delegado tem a lei (instituição legal), a qual lhe confere prerrogativas para inquirir o suspeito com o tipo de linguagem (gênero do inquérito policial) que lhe confere poderes.

Apesar de admitir que haja o poder no discurso e por detrás dele, isso não significa que atuam de forma isolada, antes só existem se consideradas sua relação com as estruturas sociais. Em virtude disso, o poder existente no gênero (poder no discurso) utilizado por um delegado no inquérito só existe quando se considera a legitimação que lhe fora conferida pela lei (poder por detrás do discurso).

[...] power, whether it be 'in' or 'behind' discourse, is never definitively held by anyone person, or social grouping, because power can be won and exercised only in and through social struggles in which it may also be lost.¹³ (FAIRCLOUGH, 1989, p.43).

Pode-se esclarecer o pensamento de Fairclough (1989) aludindo que o poder no discurso depende de sua relação com as estruturas sociais apenas como uma condição de sua existência. O poder surge, portanto, a partir dessa dialética e, nesse ponto, sobressai-se o legado foucaultiano de que o poder só existe como exercício, mas, por se tratar de um estudo em que o discurso é visto como práticas sociais, a atividade é vista por Fairclough (1989 e 2001) ocorrendo nas relações entre o discurso e o social. Seguindo ainda o exemplo citado do inquérito policial, o poder exercido por meio

¹²[...] nós podemos dizer que o poder no discurso é fazer com que os participantes poderosos controlem e restrinjam as contribuições de participantes não poderosos. É útil distinguir, em linhas gerais, os três tipos dessas restrições – restrições sobre:

- *conteúdo*, sobre o que é dito ou feito;
- *relações*, as relações sociais que as pessoas inserem no discurso;
- *assuntos*, ou as 'posições dos assuntos' que as pessoas podem ocupar-se. (FAIRCLOUGH, 1989, p.46, tradução nossa).

¹³[...] poder, seja 'no' ou 'por detrás' do discurso, nunca é permanecido de forma definitiva por qualquer pessoa, ou grupo social, porque o poder pode ser vencido e exercitado apenas no e através dos esforços sociais, os quais também podem ser perdidos. (FAIRCLOUGH, 1989, p.43, tradução nossa).

desse gênero só pode existir quando ocorre um ato de enunciação e, mesmo assim, se houver uma assimetria de poderes entre os atores sociais que já esteja sedimentada pelo sistema social vigente – um cidadão não aceitaria, por essa razão, prestar depoimento a qualquer outro que não à autoridade policial. Essa concepção retira do discurso as características de imanência, pois afeta a autonomia de o poder existir por si mesmo na linguagem.

Por outro lado, quando se abordou a palavra de ordem em Deleuze e Guattari (1995), no tópico 1, verificou-se que o poder imanente de realizar transformações incorpóreas não depende da relação com as estruturas sociais: a palavra de ordem é constitutiva à linguagem, faz parte da cadeia de discursos indiretos e agenciamentos, em que cada ordem traz consigo o binômio do impulso e do agulhão. Deleuze e Guattari (1995) não levaram em consideração que as estruturas sociais condicionariam o exercício do poder, antes as palavras de ordem realizam transformações incorpóreas independentemente dos lugares ocupados pelos atores sociais. Divergindo, portanto, da perspectiva de Deleuze e Guattari (1995), seria impróprio dizer que o poder no discurso, em Fairclough (1989), seja inerente à linguagem, porque não tem as mesmas características do quadro filosófico criado por Deleuze.

O fato de Deleuze ter deixado de lado as questões sociais em seu estudo sobre o poder da linguagem, explica-se pela coerência de sua própria filosofia. Conforme foi pontuado na seção 2, o ‘ato de falar’ não se confunde com o ‘ato de ver’ e, a partir dessa disjunção originária entre enunciação e visibilidade, resulta que nunca se pode dizer o que se vê. Então, ainda que se ‘vejam’ as diferenças de privilégio entre os atores sociais num contexto enunciativo (poder por detrás do discurso) e o uso de gêneros que torna visível o exercício do poder (poder no discurso), isso que se ‘vê’ não poderia condicionar o que se ‘diz’, pois são grandezas que possuem naturezas diferentes e disjuntivas. Em outras palavras, o poder de realizar transformações incorpóreas não dependeria do que se ‘vê’, mas apenas do que se ‘diz’, ou seja, basta que as palavras de ordem sejam liberadas para que o poder subjacente à linguagem se torne real. A filosofia deleuziana situou, portanto, o exercício da linguagem aos agenciamentos de enunciação num nível transcendental fazendo com que o poder encontre o seu exercício dentro da própria linguagem caracterizando-a em conjunto com o ato de enunciar como atividades redundantes (ver seção 1). Por seu turno, Fairclough, mesmo considerando-o também como herdeiro das contribuições genealógicas de Foucault, não estuda o poder exercido no discurso num campo transcendental e deslocado das visibilidades, antes quando ele remete ao seu ‘exercício’, desloca o seu lugar transcendental para dentro do arquétipo sociológico das estruturas sociais, tal como compreendido por Giddens.

Pelo exposto, percebe-se que Deleuze e Fairclough, ainda que sejam influenciados por Foucault (2009a), tomaram rumos diferentes porque

ambos realizaram uma torção¹⁴, cada qual ao seu modo, desse legado. Deleuze, em *Foucault*, atribuiu conceitos supostamente encontrados no conjunto da obra de Foucault, os quais serviram mais para adequar ao seu próprio quadro filosófico. A principal delas é a defesa de que há em Foucault a disjunção entre ‘ver’ e ‘falar’, como duas formas de saber completamente distintas e o poder como de natureza informe e virtual. Assim sendo, para Deleuze, as instituições seriam práticas não discursivas com uma forma específica, constituindo-se como uma forma de conteúdo, e, portanto, não guardariam relação com o poder por não terem a mesma natureza e nem se poderia ‘falar’ o que se ‘vê’ nelas, por se tratarem de duas formas de saberes que não se conjugam em sua filosofia (ver seção 2). Considerando essas premissas, não há surpresa no fato de Deleuze não ter estudado o poder existente nas instituições e sua respectiva influência por detrás do discurso.

Quanto a Fairclough, não seguiu Foucault em dois aspectos: ao criticar sua negligência por não ter realizado análise discursiva e linguística de textos reais, dedicou-se a aplicar suas contribuições em casos concretos, buscando a partir deles, elementos que subsidiam o estudo do discurso nas três dimensões – especialmente quanto à terceira dimensão do discurso como prática social.

Existem, no entanto, certas dificuldades para a ADTO [análise do discurso textualmente orientada] no trabalho de Foucault, tais como sua negligência para com a análise textual e sua visão constitutiva do discurso [...] A questão é antes se a análise incluiria instâncias concretas do discurso. Quando elas são incluídas na ADTO, elas seriam sujeitas não apenas às formações linguísticas de análise textual, mas à análise em três dimensões: análise do texto, análise dos processos discursivos de produção e interpretação textual (incluindo a questão de quais tipos de discurso são tomados e como eles são articulados) e análise social do evento discursivo, em termos de suas condições e efeitos sociais em vários níveis (situacional, institucional, societário). (FAIRCLOUGH, 2001, p.82, grifo nosso).

Outra questão foi ter considerado incompleta a visão constitutiva do discurso, pois Fairclough (2001, p.87) considera que antes de constituir o real, o discurso é constringido pelas estruturas sociais, integrando uma relação dialética, ou seja, “o impacto da prática discursiva depende de como ela interage com a realidade pré-constituída”. Essa absorção parcial das contribuições de Foucault em conjunto com a influência sociológica, especialmente de Giddens, deixou Fairclough longe da transcendência

¹⁴ Cf. MACHADO, 2009, p. 181-190. Nessa passagem, Machado discute os conceitos que Deleuze afirma encontrar em Foucault, mas que, a princípio, não é nada mais que uma tentativa de adequar o legado foucaultiano às ideias defendidas por Deleuze.

deleuziana e permitiu que ele buscasse ‘falar’ do que ‘vê’, restringindo, contudo, o poder constitutivo da linguagem a uma limitação das estruturas sociais.

Conclusão

Procurou-se sintetizar como Deleuze e Guattari (1995) compreendem termos como palavra de ordem, agenciamento, linguagem e as duas formações de saberes: conteúdo e expressão. Arelado a isso, buscou-se em Canetti (1995) seu entendimento sobre a ordem e outras definições diretamente implicadas - impulso, agulhão e metamorfose – e o diálogo que Deleuze estabelece com Foucault.

Fairclough (1989 e 2001), por sua vez, quando do seu estudo sobre a linguagem, volta-se especificamente para o discurso e a sua relação com as estruturas sociais e, como, a partir desse estreitamento, pode-se refletir sobre as relações de poder existentes no discurso e por detrás dele.

Quando se aproximam Fairclough e Deleuze, pode parecer, numa análise rasa, que haja pouco diálogo entre eles, principalmente porque não há uma ênfase sobre as contribuições de Deleuze sobre o campo da linguagem. Entretanto, verifica-se que ambos acreditam no poder da linguagem: seja como um poder imanente, resumida em palavra de ordem, que sempre atuará dentro do binômio do impulso e agulhão e capaz de realizar transformações incorpóreas; seja como um poder no discurso e por detrás dele, que se apóia em instituições legitimadoras, manifesta-se através dos gêneros, constitui as estruturas sociais numa relação dialética, de forma que é capaz de, até mesmo, ensejar uma mudança social, realizando, assim, uma mudança social.

Referências bibliográficas

- CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CHOULIARAKI, Lilie; Fairclough, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol.2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. New York: Longman, 1989.
- _____. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- _____. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *O sujeito e o poder*. In: Hubert L.Dreyfus e Paul Rabinow. MICHEL FOUCAULT. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2ª. Edição Revista. Tradução de Vera Porto Carrero e Gilda Gomes Carneiro. Introdução: Traduzida por Antonio Cavalcanti Maia. Revisão técnica de Vera Portocarrero. Coleção Biblioteca de Filosofia. Coordenação editorial: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b.

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. *Modernidade e Identidade*. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed.,2002.

_____. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2003

_____. *A constituição da sociedade*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1999.

MACHADO, Roberto. *Deleuze, a arte e a filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 3.ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ZOURABICHVILI, François. *O vocabulário de Deleuze*. Rio de Janeiro: Centro Interdisciplinar de Estudo em Novas Tecnologias e Informação, 2009.

Disponível em:
<<http://claudioulpiano.org.br.s87743.gridserver.com/wp-content/uploads/2010/05/deleuze-vocabulario-francois-zourabichvili1.pdf>>.
Acesso em: 09 mar. 2014.